

RECURSO ESPECIAL Nº 1.187.116 - RS (2010/0054000-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **CLECI DE OLIVEIRA TEIXEIRA (PRESA)**
ADVOGADO : **CLAUDIA APARECIDA DE CAMARGO BARROS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS - RS054519**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça local.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 148/152:

Trata-se de recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Carta Constitucional, interposto contra v. decisão proferida pela 5ª Câmara Criminal do eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, por unanimidade, negou provimento ao agravo em execução, e rejeitou a arguição de tal nulidade acerca da ausência de intimação do Ministério Público para a concessão de indulto à recorrida.

Alega o recorrente ter o v. acórdão negado vigência ao artigo 564, inciso III, alínea "d", do CPP.

Nesse diapasão, argúi o Parquet estadual que a decisão atacada, ao confirmar a concessão de indulto à pessoa submetida à medida de segurança, sem a intimação do Ministério Público, incorreu em nulidade absoluta, pois, em seu entender, cabe ao Órgão Ministerial intervir em todas as fases do processo intentado por ele.

O Recurso Especial foi admitido na origem (fls. 130/135).

Ao final, o *Parquet* estadual opinou pelo **desprovimento** do recurso.

Posteriormente, às e-STJ fls. 167/168, o Ministério Público **opinou pela prescrição da pretensão executória**.

É o relatório.

Decido.

Verifica-se que, de fato, **o recurso especial está prejudicado pela**

superveniência da prescrição da pretensão executória. Senão, vejamos.

No caso, a recorrida cumpria medida de segurança de 1 ano de detenção, pela prática do delito tipificado no art. 136, § 3º, do Código Penal, e de 1 ano e 6 meses de detenção, pelo crime do art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Juízo de primeira instância concedeu o indulto à recorrida em 26/1/2009.

Desse modo, nos termos dos arts. 109, V, e 112, II, ambos do Código Penal, é forçoso o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, tendo em vista o transcurso do prazo de mais de 4 anos desde a interrupção da execução e a presente data.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator